

COMPREENDENDO O RECORDS CONTINUUM: CONTEXTUALIZAÇÃO, OBJETIVOS E REFLEXÕES¹

Cássio Murilo Alves Costa Filho²

Renato Tarciso Barbosa de Sousa³

RESUMO

Analisa a origem, o desenvolvimento e o renascimento da abordagem de *continuum* na Arquivologia, bem como investiga as principais características do modelo *records continuum*. Para tanto, apresenta breve histórico da trajetória da Arquivologia na Austrália, destacando seus principais atores e acontecimentos; investiga o *series system* e a noção de *recordkeeping*; e explicita interpretações sobre o modelo. Entende-se que as perspectivas fornecidas pelo modelo *records continuum*, sobretudo no que se refere aos seus múltiplos propósitos, seu caráter espaço-temporal e o uso do valor contínuo, são mais adequadas para o entendimento da complexidade dos documentos digitais.

Palavras-chave: Records Continuum. Series system. Recordkeeping. Arquivologia australiana.

¹ Artigo baseado na dissertação “Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao Pós-custodialismo: o modelo australiano *records continuum* como instrumento de elucidação”, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB) e agraciada com o título de **Melhor Dissertação do “Prêmio REPARQ 2017”**, concedido na V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).

² Doutorando em Ciência da Informação, Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB); Analista de Administração Pública do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). E-mail: acosta.cassio@gmail.com.

³ Professor associado do Curso de Arquivologia e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB); Graduado em História e Mestre em Biblioteconomia e Documentação pela UnB e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: renato.sousa1965@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os principais aspectos e apresenta diversas interpretações acerca do modelo *records continuum*, com o fim de elucidar questões que habitualmente suscitam entendimentos controversos. Presume-se que a relevância do ciclo vital dos documentos no âmbito da Arquivologia, e consequentemente da teoria das três idades, está diretamente associada ao emprego regular de uma leitura linear dos processos de gestão de documentos. Contrastando o atual cenário de produção e uso dos documentos arquivísticos com o contexto de surgimento e consolidação do ciclo vital dos documentos, apercebe-se que as distinções entre ambos são desmedidas.

Tal fato, que está terminantemente vinculado às limitações do emprego do ciclo vital dos documentos diante das múltiplas possibilidades proporcionadas pelos documentos digitais, condiciona a visão de arquivistas para a existência de etapas ou fases, espaços e tempos, bem definidos e estanques, para a ocorrência de procedimentos, operações técnicas, processos e funções de forma diacrônica. Considerando o espaço virtual e a imposição de desafios e problemas até então não vislumbrados, conjecturamos que a utilização do mesmo referencial para o alcance de resultados distintos e efetivos pode ser inócuia.

A inquirição ora proposta resulta de pesquisa realizada por Costa Filho (2016) a qual analisou o ciclo vital dos documentos e suas possíveis limitações em face das novas perspectivas advindas pelos documentos digitais e elegeu o modelo *records continuum* como mais adequado para a compreensão da atual conjuntura que se apresenta.

A pesquisa revelou-se de grande significância por abordar temática recente, quase inexistente, na pesquisa arquivística brasileira. A partir da identificação dessa lacuna, julgamos que uma interlocução com a teoria arquivística australiana — considerando seus avanços e seu papel de destaque no domínio das discussões da comunidade arquivística internacional — indicou-se bastante conveniente para o cumprimento dos objetivos delineados.

No que se refere aos procedimentos metodológicos utilizados, realizamos vasta pesquisa bibliográfica no âmbito de publicações realizadas nos mais relevantes periódicos que versam sobre temáticas arquivísticas. Os critérios utilizados para a seleção de

trabalhos se basearam em avaliação empreendida pelo Australian Research Council (ARC), com a participação de todas as universidades australianas e das principais em âmbito internacional que se dedicam ao estudo da Arquivologia, a qual classificou os periódicos em quatro graus: A+, A, B e C. Os critérios utilizados para inclusão e exclusão de estudos levaram em consideração, principalmente, a relevância do periódico e dos autores para cada tema relacionado ao objeto de estudo.

Acreditamos que o *records continuum* fornece os subsídios teóricos necessários para a compreensão da complexidade trazida pelos documentos digitais. Para tanto, com o intuito de aclararmos essa afirmativa, julgamos de grande expressão a investigação da trajetória da Arquivologia na Austrália, destacando seus principais atores e acontecimentos, e a apresentação de interpretações realizadas por importantes teóricos acerca das facetas do modelo *records continuum*. A partir dessa necessária contextualização, evidenciaremos no que consiste o modelo, quais são seus objetivos e como se dá sua aplicação teórica e prática.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA ARQUIVOLOGIA NA AUSTRÁLIA

No discernimento de Michael Piggott (1998), a história dos arquivos na Austrália segue linhas previsivelmente tradicionais. Sua trajetória se dá com uma soma de fatores relacionados às origens do país, à evolução e às realizações das instituições arquivísticas, das associações de profissionais, das leis, dos eventos e dos praticantes.

Além da trajetória essencialmente tradicional, Piggott (2012) se utiliza de três fatores para abordar a distinção da Arquivologia australiana. O primeiro é o que denomina *archival terroir*. Terroir é um conceito referente à produção de vinhos e está ligado às relações entre o solo, o clima e as práticas enológicas aplicadas, que proporcionam características distintas e não explicáveis aos vinhos produzidos. Em relação aos arquivos, a analogia é feita com base nas qualidades particulares de uma sociedade, a qual recebe influências de sua localização, tradição, clima, geologia e geografia, aspectos que influenciam diretamente no registro das atividades de seus membros.

O segundo fator é o individual. Piggott (2012) enfatiza a característica “auto documentarista” do homem, o que implica um modo de manter seus documentos de

acordo com atributos peculiares. O último fator está relacionado à cultura de uma sociedade, que está estreitamente relacionado à noção de documentos arquivísticos como manifestações culturais. Nesse aspecto, o autor sugere como um desafio adicional, o entendimento de como as instituições, os sistemas, as práticas e as terminologias arquivísticas são moldadas por questões que compreendem o contexto histórico, político, intelectual e econômico.

Um importante ponto de partida para tratar da história da Arquivologia australiana é abordar o legado britânico. Piggott (2012) refere-se à forma britânica de gestão de correspondências, que consistia na separação das cartas recebidas e das cópias das cartas enviadas. Essa forma de gerenciamento estendeu-se até a década de 1930, quando foi substituída por dossiês que agrupavam as cartas enviadas às suas respectivas respostas. Os documentos eram produzidos e mantidos na Austrália. Entretanto, devido à grande distância territorial da metrópole, muitos conjuntos de documentos retornavam.

No século XIX, a gradativa concessão de liberdade às colônias britânicas, sobretudo Canadá, África do Sul e Austrália, tornaram esses países praticamente independentes. Em 1901, os seis estados que integravam a Austrália — New South Wales, Queensland, Western Australia, Tasmania, Victoria e South Australia — formam uma federação intitulada *Commonwealth of Australia*. Os primeiros anos da *Commonwealth* não resultaram em uma grande produção documental, uma vez que grande parte das funções estatais permaneceram sob o domínio dos estados. A situação foi modificada na década de 1920, quando o volume de documentos cresceu suficientemente, em virtude dos efeitos da I Guerra Mundial. Segundo o *Australian Law Reform Commission* (1998), tal fato culminou na necessidade de o governo desenvolver uma função arquivística em âmbito federal. O Primeiro Ministro William Morris Hughes solicitou que a *Commonwealth National Library* (CNL) tratasse da questão da eliminação dos documentos produzidos pelos órgãos da *Commonwealth*.

A II Guerra Mundial forneceu o estímulo final para o estabelecimento de uma função arquivística no terreno da *Commonwealth*. Primeiramente, tal qual ocorrido na I Guerra, o volume de documentos cresceu significativamente, o que resultou em uma grande necessidade de otimizar o armazenamento e de estabelecer procedimentos de destinação. Em segundo lugar, a guerra trouxe um maior desvelo para com a preservação dos documentos diplomáticos e estratégicos.

Após campanha de Kenneth Binns, *Commonwealth Parliamentary Librarian*, o Primeiro Ministro John Curtin estabeleceu em junho de 1942 um grupo intitulado *War Archives Committee*. Como medida provisória, a comissão recomendou que as funções referentes aos arquivos fossem partilhadas entre a CNL e o *War Memorial*. Contudo, já havia debates quanto à premência do estabelecimento de um Arquivo Nacional. A designação de Ian Maclean como *Archives Officer* em outubro de 1944, pode ser apontado como o início formal para a instauração de uma função referente ao tratamento dos arquivos em âmbito federal, sobretudo com a criação da *Archives Division* da CNL.

No que se refere às influências recebidas pelos arquivistas australianos, Adrian Cunningham (2005) considera que esses profissionais foram vigorosamente influenciados pela tradição legal e administrativa abordada nas obras do arquivista inglês Sir Hilary Jenkinson. Tal fato deve-se ao fato de Jenkinson ter produzido, até então, o único livro sobre Arquivologia em língua inglesa.

As primeiras décadas dos arquivos australianos foram marcadas pelos embates profissionais entre bibliotecários, que eram favoráveis ao tratamento dos documentos arquivísticos por bibliotecas, e por profissionais que almejavam a autonomia dos arquivos. Os governos estaduais e federal utilizavam bibliotecas para custodiar documentos históricos. Embora as relações entre arquivos e bibliotecas fossem estreitas, já havia controvérsias quanto à inexistência de programas para formação de arquivistas, à falta de representatividade dos interesses arquivísticos nas associações profissionais e, sobretudo, à metodologia para a gestão de documentos arquivísticos.

Um vultoso estímulo para o desenvolvimento da Arquivologia australiana foi a visita do preeminente arquivista americano T. R. Schellenberg, que esteve na Austrália em 1954. Schellenberg permaneceu na Austrália por 6 meses e meio e apresentou uma série de palestras na cidade de Canberra. Sua visita foi fruto de uma demanda dos bibliotecários australianos que buscavam orientações a respeito da administração de arquivos, tendo como fator impulsor a grande atenção que era dada aos trabalhos da Comissão Hoover pelo governo e jornais australianos da época. Para Johnson (1965), a visita de Schellenberg resultou, indubitavelmente, em um crescimento moral dos arquivistas australianos e desenvolveu um espírito de orgulho dentre o meio, que culminou em um aumento dos esforços para a obtenção da efetiva autonomia dos arquivos.

Durante sua permanência na Austrália, Schellenberg não se furtou em evidenciar seu juízo quanto à distinção da metodologia arquivística para a biblioteconômica, fato que o fez abordar o tema em duas oportunidades. A primeira ocorreu durante sua passagem pela Tasmânia em 1954, ocasião em que encaminhou à equipe da *State Library* um documento denominado “*Problems in the Administration of Archives by Librarians*” — o qual foi utilizado como base para o desenvolvimento do terceiro capítulo de sua famigerada obra *Modern Archives: Principles and Techniques*⁴.

Nesse contexto de embates, foi proposto pelo Primeiro-Ministro Robert Menzies, em 1953, um estudo quanto a reorganização da CNL, uma vez que, além de incorporar funções relacionadas à administração de arquivos, possuía mais treze atividades extraparlamentares. A comissão, que ficou conhecida como *Paton Committee of Inquiry Into the Commonwealth National Library*, decidiu pela saída da Archives Division da estrutura da CNL e pela sua transformação em um órgão do governo. Destacamos essa decisão como uma das maiores contribuições de Schellenberg para a Arquivologia australiana, haja vista a forte influência de sua obra para a produção do famigerado *Paton Inquiry*. Tal fato, faz com que Piggott (2012) considere que Schellenberg mereça, mais que qualquer outra pessoa, que lhe seja concedido o crédito pelo estabelecimento futuro do Arquivo Nacional australiano.

Em 23 de março de 1961, tem-se a efetiva separação da Archives Division e a mudança de seu nome para Commonwealth Archives Office (CAO), que passou a integrar a estrutura do Departamento do Primeiro-Ministro (JOHNSON, 1965). Destacamos, nesse período, a implementação do *Commonwealth Records Series* (CRS) como base para o controle intelectual dos documentos em 1966, o qual será abordado com mais apreço neste artigo.

Outro fator fundamental para consolidação da Arquivologia na Austrália foi a organização dos arquivistas em associações profissionais. A Archives Section da LAA estava incumbida em representar os profissionais arquivistas, inclusive abrigando o principal periódico sobre a temática desde 1954, o *Archives and Manuscripts*. As discussões foram

⁴ De acordo com Stapleton (1985), a principal obra de Schellenberg foi escrita durante sua permanência na Austrália e teve como motivação a tentativa de fornecer uma outra fonte de conhecimento arquivístico, em língua inglesa, diversa do manual de Jenkinson. Schellenberg também faz menções, no prefácio da obra, ao estímulo fornecido pelas palestras na Austrália. Ademais, julgamos relevante destacar que a obra foi inicialmente publicada na Austrália em 1956 e teve a apresentação da edição original escrita por Harold White.

estimuladas por meio de uma série de publicações e encontros locais, os quais tratavam de outros modelos de associação, principalmente de casos como a *Society of American Archivists* e a *British Records Association and Society of Archivists* (WILSTED, 1979). Em decorrência, a *Australian Society of Archivists* (ASA) teve seu encontro inaugural nos dias cinco e seis de abril de 1975, em Camberra.

Até 1984, as funções relacionadas aos arquivos da Commonwealth eram estabelecidas por meio de decisões administrativas. Nesse lapso, algumas leis administrativas relacionadas diretamente à questão dos arquivos foram promulgadas, como a *Administrative Appeals Tribunal Act*, que criou um tribunal de apelação administrativo, e também a importante *Freedom of Information Act*, que regulamentou o acesso a documentos públicos, em 1982. Os primeiros esforços para a criação de uma lei sobre os arquivos surgiram em 1974, entretanto, devido a outras prioridades legislativas e pelo fato de a Lei de Arquivos ter de ser analisada juntamente com a Lei de Acesso à Informação, já que ambas tratariam de questões referentes ao acesso público de documentos, o atraso foi inevitável. As duas propostas foram submetidas à apreciação do Senado em 1978. Após reuniões de duas comissões, o *Archives Act* encerrou seu trâmite dentro do Parlamento em outubro de 1983, sendo proclamado no dia seis de junho de 1984.

Outro ponto marcante na Arquivologia australiana é o protagonismo das instituições arquivísticas na elaboração de normas relacionadas à gestão de documentos. Destacamos a norma AS-4390, que fornece diretrizes para a criação de políticas de gestão documental e o estabelecimento de procedimentos, sistemas e processos para garantir uma eficaz gestão de documentos, que foi convertida para as normas ISO 15489.1 e 15489.2.

O pioneirismo das instituições arquivísticas australianas no estabelecimento de normas e metodologias para a gestão de documentos digitais durante a década de 1990 pode ser apontado como uma das expressivas contribuições dos australianos para a Arquivologia. Uma das principais características da gestão de documentos digitais australiana, na década de 1990, foi a adoção da estratégia de custódia distribuída, que surgiu como alternativa à cadeia de custódia ininterrupta de Jenkinson.

Ressalta-se que a pesquisa não exauriu completamente os acontecimentos relevantes que integram a trajetória da Arquivologia na Austrália. Existem várias outras iniciativas pioneiras procedentes de instituições públicas, como o *National Archives of*

Australia e os Arquivos dos estados. Ademais, a produção científica mostra-se na vanguarda da pesquisa em Arquivologia internacional, como pode ser verificado nas publicações do periódico *Archives and Manuscripts* e nas bibliotecas de teses e dissertações das universidades australianas.

3 A NOÇÃO AUSTRALIANA DE RECORDKEEPING

Dentro do contexto arquivístico australiano, imprescindível se faz abordar a noção de *recordkeeping*. De acordo com Piggott (1998), o termo foi introduzido pela equipe do CAO na década de 1950 e passou a ser bastante utilizado no âmbito do CRS, à medida em que o foco dos arquivistas direcionava-se para o registro de informações acerca do contexto de administrações, órgãos e séries documentais.

Para Duranti e Franks (2015) a articulação de Maclean define o entendimento central de sistemas de *recordkeeping*, que passaram a ser utilizados como entidades contextuais para o entendimento e interpretação dos documentos. Para as autoras, o conceito é frequente na teoria arquivística australiana, sendo usado no *series system* para determinar órgãos independentes, de acordo com a existência ou não de sistemas próprios de *recordkeeping*.

McKemmish (2001) reconhece que o uso australiano do termo *recordkeeping* para categorizar um conceito amplo e inclusivo de processos de gestão de documentos e administração de arquivos permanentes para finalidades correntes, regulatórias e históricas dentro da visão de continuum, torna-se confuso em outros contextos. O termo *recordkeeping* e suas variações — *record keeping* e *record-keeping* — são usados por outras comunidades para se referir a conceitos mais específicos, como aos sistemas de gestão de documentos.

Para Kate Cumming (2010), a compreensão da noção australiana de *recordkeeping* está diretamente vinculada à noção de documento-como-evidência. Cumming (2010) julga que, em conformidade com essa concepção, a necessidade de preservar a evidência dos documentos foi fundamental para o entendimento do papel do *recordkeeping*, pois o desenvolvimento da preocupação com a gestão adequada dos documentos,

independentemente de sua idade ou condição, estava conectado à captura e manutenção da evidência.

4 O SERIES SYSTEM DE PETER SCOTT

A década de 1960 pode ser considerada como o marco para a configuração de uma teoria arquivística própria da Austrália. Tem-se nesse período, além da autonomia da Archives Division Office, as mais importantes contribuições de Ian Maclean e seus companheiros.

Cunningham (2005) sinaliza que o trabalho desenvolvido à época era bastante influenciado pelos textos de Sir Hilary Jenkinson e, em consequência, pelo modelo de prática arquivística desenvolvido pelo Public Records Office, em Londres. Ademais, havia o legado de Schellenberg, o que levou os arquivistas australianos a tentativas de utilização da abordagem de fundos, em especial do conceito de *record group*.

Maclean constatou que a aplicação da abordagem trazida pelo conceito de *record group* para o controle intelectual dos arquivos australianos era ineficiente. Tendo como base as lições previstas no Manual dos Arquivistas Holandeses, depreende-se que os arquivos só podem ter uma proveniência. Entretanto, Cunningham (2005) entende que tal fato não reflete a realidade. Para o autor, o mundo real é um lugar complexo e tal complexidade resulta em inter-relacionamentos dinâmicos entre diferentes organizações produtoras de documentos. Um exemplo claro dessa complexidade é a constante mudança administrativa nos governos e em grandes corporações.

Cunningham (2007) acentua que de forma intuitiva surgiram as primeiras ideias quanto à importância da análise do contexto de produção dos documentos, tendo em vista a verificação dos documentos como produtos de uma história administrativa complexa. No começo da década de 1960, a equipe do CAO, tendo como principais representantes Ian Maclean, Keith Penny e Peter Scott, passa a pensar em uma abordagem alternativa para a descrição e o controle dos documentos. Peter Scott, em 1964, faz a sugestão radical de se abandonar o fundo como principal elemento para o controle intelectual dos arquivos e apresenta como proposta a adoção da série, baseada em funções.

Como solução para os problemas apresentados, Scott (1966) sugere o abandono do *record group* como a primeira categoria de classificação e base para o arranjo físico dos

documentos e propõe a utilização da série como o primeiro nível de classificação. Tal mudança, para o autor, possibilita tanto a manutenção dos documentos no seu contexto administrativo, quanto a manutenção da ordem original, devido a alocação física dos documentos nas séries apropriadas. Outrossim, essa nova sistemática viabiliza a não inclusão das séries em uma ordem física original, pois o contexto administrativo e as associações são registradas em outros instrumentos.

O sistema é construído com base em dois componentes, o controle do documento e o controle do contexto. O primeiro compreende quatro elementos: série, item, documento e informação. As séries, segundo Scott, possuem vínculos “interelementos”, realizados com o contexto administrativo, isto é, os órgãos ou pessoas que as produzem ou controlam. Adicionalmente, as séries também possuem vínculos “intraelementos”, que são aqueles entre séries anteriores ou posteriores, que se referem a uma mesma função ou que contém informações semelhantes e também aos instrumentos utilizados para controlar as séries, como índices e registros.

No que se refere ao segundo componente do sistema, o controle do contexto, Scott estabelece a existência de quatro elementos básicos: administração⁵, órgão⁶, família e pessoa. A administração possui vínculos “interelementares” com os órgãos vinculados, por meio de sua estrutura. As administrações também se relacionam com outras diacronicamente — antecedentes e subsequentes — e estruturalmente.

Muitas vezes vista como um ataque ao princípio da proveniência pela comunidade arquivística internacional, Scott possuía um entendimento diverso sobre sua abordagem, já que a considerava um meio mais eficiente de registrar a verdadeira e frequentemente complexa natureza da proveniência e sistemas de arquivamento do que o uso da abordagem de fundos. Cunningham considera que a visão australiana não vai de encontro ao determinado pelo princípio da proveniência, haja vista a compreensão de que a proveniência não pode ser reduzida a uma simples relação um a um entre o produtor dos documentos e os próprios documentos. "A visão simplista da proveniência, que é incorporada na abordagem de fundos na descrição arquivística, representa, para nós, uma corrupção do princípio arquivístico de *respect des fonds* (CUNNINGHAM, 2007, p. 81).

⁵ Na definição de Scott (1966), organisation equivale a um governo ou uma instituição privada.

⁶ O termo órgão foi utilizado como correspondente de *agency*, definido por Scott (1966) como uma parte da organisation que possui um sistema de recordkeeping próprio.

Em essência, de acordo com Cunningham (2007), o *series system* australiano consiste em dois componentes inter-relacionados:

- Controle do contexto, que é alcançado por meio da identificação e do registro das entidades produtoras de documentos e de outras entidades que fazem parte do ambiente e da documentação das histórias administrativas e biográficas daquelas entidades, suas responsabilidades funcionais e suas relações umas com as outras e com os sistemas de arquivamento por elas mantidos; e
- Controle dos documentos, que é obtido por meio da identificação, registro e documentação das séries documentais e/ou dos itens que as compõem.

McKemmish, Piggott e Reed (2005) consideram Scott um dos primeiros teóricos a desafiar o consenso estabelecido pela abordagem de fundos. No entendimento de Scott, só era possível cumprir com o estabelecido pelo princípio de respeito aos fundos por meio do que ele intitulava “sistemas de controle de contexto”, que consistiam em sistemas de descrição de documentos que documentavam documentos e seus contextos. Logo, entende-se que a interpretação de Scott sobre os fundos era uma construção lógica, não física.

Conquanto as ideias de Scott não tenham sido bem aceitas pela comunidade arquivística internacional quando da publicação de seu seminal artigo na *The American Archivist* em 1966, o sistema desenvolvido pelo autor foi de notável significância para o desenvolvimento da teoria arquivística australiana e passou a ser reconhecida no âmbito internacional — mesmo que várias décadas adiante — como de grande importância para a descrição de documentos, para a gestão de documentos digitais e para uma reinterpretação do princípio da proveniência.

Para Cook (1997), a reflexão primordial de Scott foi sobre a constatação de que a tradicional hipótese de relacionamento um-a-um entre os documentos e seu contexto de criação não era mais válida. Ademais, Scott foi responsável por desenvolver um sistema que proporcionava a descrição de múltiplos relacionamentos entre os diversos produtores de documentos e as diversas séries documentais, onde quer que estivessem no continuum da gestão de documentos — nos setores de criação, nos arquivos correntes ou em arquivos permanentes. Com base nas proposições de Scott, os arquivistas australianos passaram a desenvolver o *series system*, de modo a adicionar novos relacionamentos. Cook (1997)

destaca as contribuições de Scott para a teoria arquivística e o considera o fundador da revolução pós-custodial no pensamento arquivístico.

A contribuição essencial de Scott foi o rompimento (ao invés de uma simples modificação) não apenas com a camisa de força descritiva do *record group* de Schellenberg, mas com toda a mentalidade sobre a “fisicalidade” dos arquivos em que a maior parte do pensamento arquivístico desde o Manual dos Holandeses esteve implicitamente baseada. Dessa forma, como está finalmente sendo reconhecido, Peter Scott é o fundador da revolução pós-custodial no pensamento arquivístico mundial. Embora ele tenha trabalhado em um mundo de papéis, suas ideias são agora especialmente relevantes para os arquivistas enfrentarem os documentos digitais, onde — assim como no sistema de Scott — a fisicalidade do documento tem uma pequena importância comparada aos contextos multirelacionais de criação e uso contemporâneos. (COOK, 1997, p. 39, tradução nossa).

5 O RENASCIMENTO DA ABORDAGEM DE CONTINUUM NA ARQUIVOLOGIA

A abordagem assente no *continuum*, em oposição ao habitualmente suposto, surgiu na década de 1960, por intermédio dos esforços de Maclean, Scott e Penny no âmbito do Commonwealth Archives Office. Na década de 1990, verificamos o renascimento dessa abordagem, vigorosamente impulsionada pelo advento da produção e utilização de documentos digitais. No que se refere à construção do pensamento contemporâneo de *continuum*, destacamos a relevância de autores americanos, canadenses e europeus, sobretudo no que diz respeito à gestão de documentos digitais e às novas perspectivas sobre práticas e conceitos arquivísticos.

Cumming (2010) notabiliza a relevância do artigo “*Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and postmodernist era*” do canadense Terry Cook, publicado no periódico *Archives and Manuscripts* em 1994. A autora também atribui ao artigo do canadense Jay Atherton, “*From life cycle to continuum: some thoughts on the records management-archives relationship*”, o atributo de responsável pelo que denomina renascimento do *continuum*. De acordo com Atherton (1987, p. 47, tradução nossa), “o impacto do computador no ciclo vital tem sido impressionante, pois com dados digitais os estágios do ciclo vital não podem ser separados. A natureza e a volatilidade dos dados registrados não o permitirão”.

Outro grande impulsionador do renascimento do *continuum* foi o americano David Bearman. Cumming (2010) destaca a relevância da obra *Archival Methods: Arrangement and*

Description, publicada em 1989. Tendo suas pesquisas direcionadas para a gestão de documentos digitais, Bearman defendia a importância de uma intervenção precoce quanto aos procedimentos de descrição, a fim retratar adequadamente o contexto de produção e uso dos documentos.

McKemmish (2001), adicionalmente, destaca outros trabalhos que impactaram no desenvolvimento da abordagem do *continuum*. A autora faz referência às pesquisas de Luciana Duranti sobre a teoria arquivística europeia e Diplomática, principalmente por meio das publicações da série de quatro artigos “*Diplomatics: New Uses for Old Science*” no periódico *Archivaria*. Em seguida, a autora cita a importância de Margaret Hedstrom, John McDonald e Hans Hofman em seus trabalhos relacionados à pioneira implementação de políticas e abordagens estratégicas para a gestão de documentos digitais no âmbito do *New York State Archives and Records Administration*, *National Archives of Canada* e *Netherlands National Archives*, respectivamente. Além disso, os já mencionados David Bearman e Margaret Hedstrom ocupam posição de destaque na ressignificação de teorias e “reinvenção” das práticas arquivísticas.

Apercebe-se que as novas formas de produção e uso dos documentos arquivísticos redirecionaram e impulsionaram a pesquisa em Arquivologia para novas questões. Upward (2000) julga necessária a formulação de novas regras para o novo jogo que emerge e se utiliza do referencial teórico mencionado para conceber um modelo teórico capaz de representar os abstrusos processos inerentes aos documentos arquivísticos.

6 O MODELO RECORDS CONTINUUM

Com o intuito de apresentar e analisar o modelo *records continuum*, avaliamos que a melhor forma de obter êxito nesse desígnio é seguir a lógica utilizada pelo australiano Frank Upward, articulador do modelo. Suas ideias foram expostas para a comunidade arquivística por meio da publicação da série de artigos “*Structuring the records continuum – Part One: postcustodial principles and properties*” em 1996, e “*Structuring the records continuum – Part 2: structuration theory and recordkeeping*” em 1997, ambos no periódico *Archives and Manuscripts*.

Primeiramente, Upward presumiu pertinente o exame do que considera pós-custodialismo, sobretudo as relações entre custódia e fiscalidade com o que o autor

denomina “arquivos virtuais”. O autor se utiliza da abordagem realizada por McKemmish (1994) sobre fiscalidade e custódia de documentos arquivísticos no contexto digital. Para a autora:

A perda da fiscalidade que ocorre quando os documentos são capturados eletronicamente está forçando os arquivistas a reavaliarem entendimentos básicos sobre a natureza dos documentos de atividades sociais e organizacionais, e de suas qualidades como evidência. Mesmo quando são capturados em um meio que pode ser sentido e tocado, os documentos como construções conceituais não coincidem com os documentos como objetos físicos. A ordenação e localização física de tais documentos compreendem uma visão de suas relações contextuais e documentais, mas não apresentam os múltiplos entendimentos do que é uma realidade complexa. O papel custodial tradicional assume outra dimensão quando é aceito que o documento é apenas parcialmente manifesto no que está nas caixas das prateleiras do arquivo. A finalidade dos sistemas de arquivo é garantir que os documentos sejam preservados no contexto de sua criação e uso e que mantenham suas qualidades como evidência, de modo que, quando recuperados para um uso futuro, seu significado e importância possam ser entendidos. (MCKEMMISH, 1994, tradução nossa).

Sobre a “teoria do continuum”, Upward (1996) aborda a relevância da Teoria de Estruturação do sociólogo inglês Anthony Giddens e afirma que essa serviu de fundamento para o desenvolvimento do *records continuum*, à medida que fornece uma visão geral que explica a complexidade abordada por Mckemmish (1994). O autor apresenta um ponto de partida para o que pode constituir os princípios estruturais do *records continuum*:

- Um conceito de documentos que é inclusivo quanto aos documentos de valor contínuo, que reforça seu uso para propósitos transacionais, comprobatórios e de memória, e que unifica abordagens para arquivamento/manutenção de documentos, se os documentos são mantidos por uma fração de segundo ou um milênio;
- Um foco nos documentos como entidades lógicas, ao invés de físicas, independentemente se eles estão contidos em papéis ou em formas eletrônicas;
- A institucionalização do papel da profissão de arquivista requer uma ênfase particular sobre a necessidade de integrar o recordkeeping aos processos e finalidades sociais e administrativos;
- A Arquivologia é a base para a organização do conhecimento sobre o recordkeeping.

Upward (1996) apresenta as propriedades do records continuum por meio de um modelo constituído de eixos, coordenadas e dimensões (Figura 1). Os quatro eixos, que sintetizam grandes temas da Arquivologia — identidade, evidência, transação e recordkeeping —, apresentam coordenadas que se vinculam por meio de dimensões, representadas no modelo mediante círculos concêntricos. O autor salienta que o modelo é contínuo e se trata de um construto espaço-temporal, e não de um ciclo vida.

Figura 1 - Modelo Records Continuum - 1996



Fonte: Adaptado de Upward (1996)

Apresentamos uma síntese de nosso entendimento quanto aos eixos e às coordenadas do modelo records continuum por meio do quadro a seguir. Destacamos que Upward (1996) não faz uma análise detalhada quanto à definição de todos os elementos e entidades constantes nos eixos e coordenadas, situações essas em que constarão a designação “não especificado pelo autor” no quadro em questão. No que diz respeito à tarefa de definição dos termos, ou seja, o processo de escolha dos termos para designar

os elementos e entidades, Upward (2000, p. 125, tradução nossa) afirma que “nomear as partes é uma tarefa onerosa na modelagem da complexidade, e defini-las sempre levanta a questão da percepção cultural e profissional”.

Quadro 1 - Síntese do entendimento sobre os eixos e coordenadas do modelo records continuum

Eixos		Coordenadas	
Entidades	Definição	Elementos	Definição
Recordkeeping	Meios utilizados para o registro de informações sobre atividades humanas.	Documento	Representação de uma ação.
		Documento arquivístico	Documento orgânico que se liga a outros documentos e possui contexto de produção facilmente identificado.
		Arquivo	Conjunto de documentos arquivísticos de uma instituição
		Arquivos	Documentos pertencentes a inúmeras instituições, seja pela transferência espacial ou temporal entre instituições.
Evidência	Vestígios de ações, evidências fornecidas por documentos e implicações exercidas na memória institucional e coletiva.	Vestígio de ação	Os sistemas de recordkeeping controlam documentos como vestígios de uma ação.
		Evidência	Os sistemas de recordkeeping agregam evidência aos documentos.
		Memória institucional/individual	Os sistemas de recordkeeping fornecem memória às instituições.
		Memória coletiva	Os sistemas de recordkeeping fornecem memória coletiva.
Transação	Registro de atividades desempenhadas para a condução de negócios.	Ato	Subcategoria de atividade.
		Atividades	Subcategoria de função. Meios para a condução de negócios. Criam relações entre os documentos.
		Funções	Não especificado pelo autor.
		Missão	Funções de uma instituição a partir de uma perspectiva social mais ampla.
Identidade	Responsáveis pela produção e uso de documentos.	Autor	Não especificado pelo autor.
		Unidade	Unidade organizacional a que o autor está associado. A unidade pode ser o próprio autor.

Eixos		Coordenadas	
Entidades	Definição	Elementos	Definição
		Organização	Entidade a que a unidade organizacional está associada. A organização pode consistir em apenas um ator ou em uma unidade organizacional.
		Instituição	Institucionalização da identidade dos demais elementos com amplo reconhecimento social.

Fonte: Elaboração própria.

Posteriormente, Upward (1996) apresenta o que denomina as dimensões do modelo, que correspondem à conexão das coordenadas presentes nos eixos. O autor salienta que “as dimensões não são limites, as coordenadas não estão invariavelmente presentes e as coisas podem acontecer simultaneamente através das dimensões” (UPWARD, 1996, tradução nossa). De acordo com Upward (1997), as dimensões são identificadas como: criação de documentos, captura de documentos, organização da memória pessoal e institucional e pluralização da memória coletiva.

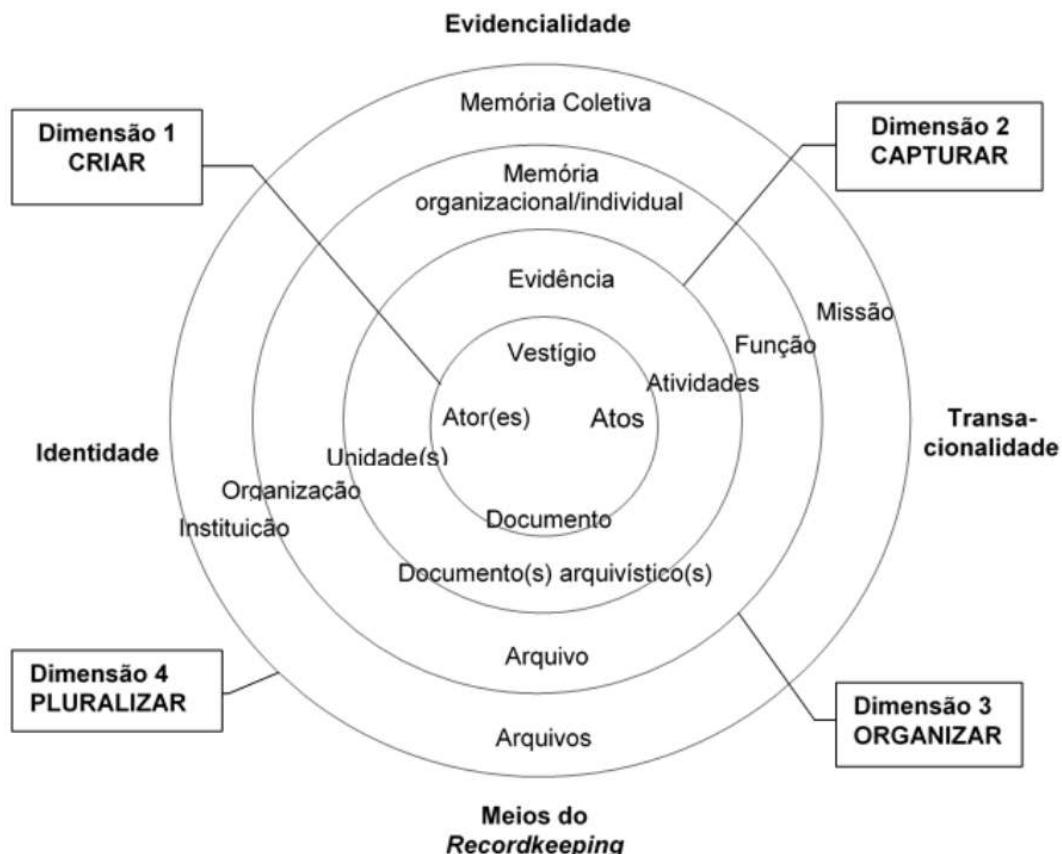
- Primeira dimensão – Criar: sistema de comunicação prévia para a criação de documentos no âmbito de sistemas eletrônicos (criar o vestígio);
- Segunda dimensão – Capturar: sistema de comunicação posterior, por exemplo, uma funcionalidade de registro tradicional que adiciona dados para a vinculação de documentos, os dissemina e os mantém com a inclusão de dados sobre a destinação (capturar vestígio como documento);
- Terceira dimensão – Organizar: sistema que envolve a construção, rememoração e disseminação da memória institucional (organizar o documento-como-memória);
- Quarta dimensão – Pluralizar: sistema de construção, rememoração e disseminação da memória coletiva — social, cultural e histórica —, incluindo informação sobre o tipo necessário para um sistema de informação arquivística (Pluralizar a memória).

A representação gráfica do modelo também foi objeto de discussão, sobretudo acerca da sua capacidade de exprimir as características fundamentais do modelo. Em primeiro lugar, considerando os fatos de os eixos e as dimensões serem dependentes entre si e a possibilidade de o documento existir ao mesmo tempo em todas as dimensões, percebemos que essa compreensão se torna dificultada, haja vista o trabalho prático do arquivista que tende a focar em situações específicas.

Reed (2005) explica que o recordkeeping é complexo e explicações lineares reduzem seu poder de interação. Reed (2005) salienta que a utilização de círculos para a representação gráfica do modelo não se mostrou expressiva para alguns arquivistas. Segundo ela, o problema está na representação por meio da transposição do modelo para um papel essencialmente plano e bidimensional, enquanto a exigência está na representação por meio de um objeto tridimensional posicionado no tempo e no espaço. A autora cita que algumas tentativas de melhor expressar o modelo já foram realizadas, inclusive uma realizada pelo americano Brien Brothman, que consiste em uma representação que se assemelha a uma cadeia de DNA, girando e contínua.

Quanto à representação de Upward, Reed (2005) perfilha pela utilização de linhas porosas ou levemente transparentes, a fim de indicar um limite que pode ser transpassado ou não, em diferentes tempos e de diferentes formas. Upward (2000) em abordagem posterior, apresentou algumas modificações para a representação gráfica prenunciadora. Primeiramente, o autor optou por retirar do modelo as linhas sólidas que representavam os eixos, visto que essas poderiam representar limites entre as dimensões (Figura 2).

Figura 2 - Modelo Records Continuum - 2000



Fonte: Adaptado de Upward (2000)

Fator decorrente da leitura do modelo está na sua tentativa de aplicação prática. Upward (2000) cita que esse aspecto consistiu em um dos grandes questionamentos desde a sua articulação. Para o autor, uma visão espaço-temporal traz um certo desconforto para os profissionais. Contudo, na sua compreensão, o modelo traz uma melhor visão da realidade do que uma abordagem que separa espaço e tempo.

Um dos mais importantes estudos sobre o modelo foi o realizado por Sue McKemmish (2001). Para a autora, o modelo records continuum foi construído com bases: em um conceito unificado de *records* e *archives*, que passaram a ser definidos como documentos de valor contínuo; em ideias sobre o caráter “fixo” e “mutável” dos documentos, o qual coincide na noção de o documento sempre estar em um processo de devir (*becoming*); e em articulações sobre o papel da Arquivologia na sociedade em relação à governança, transparência, identidade, memória e prestação de informações.

Para McKemmish (2001), o modelo *records continuum* propicia um arcabouço para a interpretação do pensamento e da prática sobre documentos e arquivos. Como exemplo, os subsídios fornecidos por normas, políticas e diretrizes têm como intuito estabelecer regimes de *recordkeeping* confiáveis na terceira dimensão do modelo *records continuum*. Esses subsídios da terceira dimensão estabelecem sistemas e procedimentos para a criação e captura de documentos na primeira e segunda dimensões que fundamentam a evidência, bem como a capacidade de funcionar como memória individual, corporativa e coletiva.

A maneira como Reed (2005) interpreta o modelo *records continuum* está ligada à própria representação gráfica do modelo, que corresponde, grosso modo, a uma sobreposição círculos concêntricos. Optando por iniciar sua análise de dentro para fora, ela trata das dimensões do modelo, representadas pelos círculos, e de seus principais aspectos. A primeira dimensão (criar), para a autora, representa o *locus* da ação, ou seja, a área onde as ações acontecem, incluindo as representações das ações em documentos⁷. As coisas que estão dentro desta dimensão estão em processo de formação, provavelmente se tratam de versões ou expressões parciais. Dessa forma, os documentos têm potencial para moverem-se além do *locus* criação, mas esse potencial é incipiente, não pela ausência dos elementos de robustez necessários, mas pela falta da explicitação de conexões, fatos que ainda não permitem o documento ser considerado arquivístico.

A jornada para o alcance do caráter arquivístico inicia-se na segunda dimensão (capturar), no instante em que o documento é comunicado ou conectado por meio de relacionamentos com outros documentos. Agora, na segunda dimensão, os documentos passam a atestar evidências de ações e podem ser distribuídos, acessados e entendidos pelos envolvidos nas atividades organizacionais. Ademais, são adicionados metadados para tornar possível o conhecimento do contexto dos documentos. Cabe frisar que a transição dentro da segunda dimensão pode ser formal ou informal, pode envolver um ato deliberado de registro em um sistema organizacional, ou uma intenção de representação pela inclusão ou agrupamento.

A terceira dimensão (organizar) representa uma agregação além das instâncias individuais de sequências de ações, a partir do provimento de elementos explícitos necessários à garantia da disponibilidade dos documentos ao longo do tempo, excedendo

⁷ Reed (2005) utiliza o termo *document* para se referir aos registros de ações que não possuem caráter arquivístico e *records* para se referir aos documentos arquivísticos.

os limites imediatos dos ambientes de ação. Aqui, os documentos são conciliados a vários outros documentos que derivam de sequências de ações empreendidas para múltiplos propósitos. Essa é a dimensão dos arquivos ou fundos, isto é, todos os documentos acumulados por uma instituição para formar a memória pessoal ou institucional. Essa dimensão, em um nível de execução, é afeta ao estabelecimento de políticas ou regras referentes às dimensões de criação e captura.

A quarta dimensão (pluralizar) é o ambiente social mais amplo em que os documentos são operacionalizados — o ambiente legal e regulatório que traduz as exigências sociais, distintas para cada sociedade e período, do *recordkeeping*. Essa dimensão representa a capacidade e o documento existir além dos limites da entidade criadora e proporciona o ambiente necessário para garantir documentos capazes de satisfazer as demandas daqueles que não estão envolvidos nas ações de criação, captura e organização. Por fim, a quarta dimensão envolve a garantia de que os documentos estarão disponíveis para serem revistos, acessados e analisados para fins históricos, de accountability externo e para atravessar fins organizacionais, pelo tempo que for necessário.

Tendo em vista a significativa relevância dada ao caráter evidencial dos documentos na esfera do modelo *records continuum*, julgamos importante a análise de Livia Iacovino (2005), que interpreta o modelo conforme as relações entre o ganho de evidência dos documentos dentro das dimensões do modelo e seu respectivo impacto jurídico. A autora parte do pressuposto básico da evolução do caráter evidencial de registros de transações em meios de *recordkeeping*: a evidência legal como um vestígio de ação (primeira dimensão) ganha um maior peso probatório como parte de um sistema de *recordkeeping* (segunda dimensão) e também garante uma memória institucional e social autêntica (terceira e quarta dimensões). A fim de melhor ilustrar o disposto, apresentamos no quadro a seguir as dimensões jurídicas do modelo *records continuum*.

Já Cook (2000), salienta que o modelo *records continuum* consiste no modelo para arquivos mais inclusivo do mundo. Para o autor, o fato de contemplar evidência e memória no mesmo eixo, dois lados inquietos da “moeda arquivística”. Para o autor:

O modelo *continuum* também compreende um movimento ao longo do espaço-tempo, reconhecendo que os documentos arquivísticos e seus metadados estão

continuamente se modificando, se transformando e ganhando novos significados, em vez de permanecerem fixos, objetos estáticos e que isso também ocorre na puramente arquivística quarta dimensão. Ele também inclui um *insight* pós-moderno, em que o metadado arquivístico "deve ir além das questões de confiabilidade e autenticidade para considerar relações e contexto, uso e poder". (COOK, 2000, tradução nossa).

A comparação entre o *records continuum* e o ciclo vital de documentos realizada por McKemmish (1997) sobreleva algumas das principais características do *continuum*. Nesse aspecto, McKemmish (2001) considera como característica marcante do *records continuum* a sua capacidade de proporcionar uma abordagem unificada para a gestão de *records* e *archives*, visto que a visão de *continuum* vai além dos dualismos próprios do ciclo vital dos documentos. Como exemplo, McKemmish (2001) afirma que o dualismo documento-como-memória versus documento-como-evidência desaparece na perspectiva do *continuum*.

O estudo da chinesa Xiaomi An (2003) sobre o modelo *records continuum* está estritamente vinculado à sua comparação com o ciclo vital dos documentos. Esse cotejo, segundo a autora, consiste na melhor forma de compreender os mecanismos práticos do modelo. Para a autora, as vantagens do *records continuum* sobre o ciclo vital são ainda mais sobrelevadas no âmbito da gestão de documentos digitais. O fato de o *continuum* integrar a gestão de *records* e *archives* fornece uma abordagem capaz de conectar o passado ao presente e o presente ao futuro. Essa abordagem integrada pode facilitar a proveniência, garantir o *accountability*, constituir memória, construir identidade e fornecer importante fonte de informações valiosas. Quanto às limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos, essas podem ser: a divisão artificial das finalidades da gestão de arquivos administrativos e históricos; o desmantelamento das responsabilidades dos *records managers* e *archivists* com a divisão dos papéis; a limitação das formas de pensar sobre a custódia por meio da seleção de critérios mais estreitos; e a visão dos documentos como objetos físicos tangíveis em um "mundo de papel" e em um ambiente estático.

Consideramos que esta exposição pode-se mostrar bastante oportuna na sua tentativa de elucidar o modelo *records continuum*. A investigação em epígrafe, proporcionada pela ampla análise da literatura arquivística dedicada à temática, contempla os principais aspectos do modelo e evidencia suas peculiaridades em relação a outros modelos teóricos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após apontar os principais atores e acontecimentos referentes à trajetória da Arquivologia na Austrália e explorar aspectos do modelo *records continuum* e leituras acerca de suas características, objetivos e aplicações, realizaremos uma síntese do nosso entendimento sobre o *records continuum*, com o intuito de cumprir o objetivo proposto neste artigo.

Concordamos que por se tratar de um modelo desenvolvido com o objetivo de representar a complexidade incutida pelos processos e meios referentes aos documentos arquivísticos, seu entendimento absoluto pode se tornar difícil. Acreditamos que a utilização de referencial teórico fundamentado na leitura linear dos processos de gestão de documentos, principalmente em virtude da grande relevância do ciclo vital dos documentos no âmbito da Arquivologia, pode explicar grande parte desses questionamentos.

Verificamos que as perspectivas propiciadas pelo modelo vão muito além do que um simples contraponto ao ciclo vital, isto é, não se trata apenas de um modelo proposto com o intuito de substituí-lo. Isso significa que o *records continuum* não consiste apenas em um modelo teórico, e muito menos em uma metodologia para a implementação de um programa eficiente de gestão integrada de documentos. Conforme proposto por Frank Upward, o *continuum* consiste em uma *worldview*, utilizando-nos de tradução livre, podemos compreendê-lo como uma “visão de mundo” ou um ponto de vista mais amplo. Portanto, constatamos que dentre as diversas perspectivas proporcionadas pelo modelo, uma delas é a solução para os problemas ocasionados pelas limitações do ciclo vital ante a realidade digital.

O modelo teórico proposto por Frank Upward busca sintetizar essas perspectivas e representá-las graficamente por meio de um diagrama de círculos concêntricos interceptados por eixos. Por se tratar de um modelo espaço-temporal — diferente de um modelo linear e por seguir diacrônico, como o ciclo vital dos documentos — os documentos estão em um constante processo de devir, ou seja, podem atender a diferentes propósitos ao mesmo tempo.

Acreditamos que essa característica seja a que mais distingue o *records continuum* dos outros modelos que propõem a integração das fases do ciclo vital, como a abordagem

canadense conhecida como Arquivística Integrada. Interpretar o *records continuum* de acordo com o que estamos condicionados, uma leitura linear, impossibilita o entendimento dessas múltiplas finalidades. A partir da leitura linear, subentendemos que os documentos percorrem pelas dimensões gradualmente: associação com outros documentos, ganho crescente de evidência, participação no cumprimento da missão institucional e posicionamento cada vez mais amplo na estrutura organizacional.

Isso, de fato, pode ocorrer. No entanto, o que distingue o *records continuum* são as possibilidades propiciadas para que essa evolução ocorra, ou não. A abordagem assente do *continuum* reconhece que os documentos servem para múltiplos propósitos, de outro modo, possuem diferentes significados para diferentes pessoas em diferentes contextos, imediatamente e ao longo do tempo.

Dessa forma, um documento criado e incorporado a um sistema gestão de documentos, pode, sincronicamente, integrar a terceira dimensão, visando ao atendimento de demandas legais de acesso à informação, e a quarta dimensão, que é a dimensão responsável pela pluralização de documentos buscando atingir fins sociais. Destacamos que as possibilidades são inúmeras e a coexistência em mais de uma dimensão, ou em todas ao mesmo tempo, pode ou não ocorrer.

Constatamos, do mesmo modo, que o modelo não tem o intuito de apresentar soluções para problemas específicos de ordem prática, já que, conforme disposto, se trata de um ponto de vista. Sua finalidade é fornecer uma visão geral que viabilize a reorganização do conhecimento arquivístico, de forma a explicar realidades complexas que, no “antigo jogo”, eram singularizadas pela distinção entre as dimensões de espaço e tempo.

Portanto, o *records continuum* consiste em uma visão em que os documentos podem possuir múltiplas finalidades em espaços distintos, para pessoas distintas, ao mesmo tempo e ao longo do tempo. Para tal fim, fundamental se faz o uso do valor contínuo, que não impõe ao documento o valor primário ou secundário de cada vez, nem o considera ou como evidência ou como memória. Nesse caso, o documento pode ter os valores primário e secundário e figurar como evidência e memória no mesmo espaço e ao mesmo tempo.

Compreendemos a visão fornecida pelo *records continuum* como fundamental para a elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos. As possibilidades

fornecidas pelos documentos arquivísticos digitais são incomensuráveis e quaisquer fatores restritivos, no nosso entendimento, não permitirão que seu usufruto seja integral. O caráter espaço-temporal do continuum rompe com a linearidade e o engessamento impostos pelas fases do ciclo vital.

UNDERSTANDING THE RECORDS CONTINUUM: CONTEXTUALIZATION, PURPOSES AND REFLECTIONS

ABSTRACT

It analyses the origin, development and revival of continuum approach in Archival Science, as well as inquires the main characteristics of the records continuum model. For this purpose, it introduces a brief historic of archival theory in Australia, evidencing the central actors and events; investigates the series system and the recordkeeping notion; and illustrates interpretations about model. It is understood that perspectives provided by the records continuum model, especially when they refer to its multiple purposes, space-time nature and the use of continuous value, are more appropriate to understanding digital records complexity.

Keywords: Records Continuum. Series system. Recordkeeping. Australian Archivology.

REFERÊNCIAS

AN, X. An integrated approach to records management. **Information Management Journal**, Overland Park, v. 37, p. 24–30, jul./aug. 2003.

ATHERTON, J. From life cycle to continuum: some thoughts on the records management–archives relationship. **Archivaria**, Ottawa, n. 18, p. 43–51, 1985.

AUSTRALIAN LAW REFORM COMMISSION. **Australia's federal record**: A Review of Archives Act 1983. Canberra: ALRC, 1998, n.p. Report n. 85. Disponível em: <<http://www.alrc.gov.au/report-85>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

COOK, T. Archives in the post-custodial world: interaction of archival theory and practice since the publication of the Dutch manual in 1898. **Archivum**, München: Saur, v.43, p. 191–214, 1997.

_____. Beyond the screen: the records continuum and archival cultural heritage. In: AUSTRALIAN SOCIETY OF ARCHIVISTS CONFERENCE: BEYOND THE SCREEN: CAPTURING CORPORATE AND SOCIAL MEMORY, 2000, Melbourne. **Papers...** Melbourne: Australian Society of Archivists, 2000, p. 8–21.

COSTA FILHO, C. M. A. **Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante o Pós-Custodialismo:** o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CUMMING, K. Ways of seeing: contextualising the continuum. **Records Management Journal**, v. 20, n. 1, p. 41–52, 2010.

CUNNINGHAM, A. Archival Institutions. In: MCKEMMISH, S. et al. (Ed.). **Archives:** recordkeeping in society. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 21–50. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

_____. O Poder da Proveniência na Descrição Arquivologia: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 77–92, 2007.

DURANTI, L.; FRANKS, P. C. (Ed.). **Encyclopedia of Archival Science.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2015, 454 p.

IACOVINO, L. Recordkeeping and juridical governance. In: MCKEMMISH, S. et al (Ed.). **Archives:** recordkeeping in society. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 255–276. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

JOHNSON, M. Archives Administration in Australia. **The American Archivist**, v. 28, n. 2, p. 231–238, 1965.

MCKEMMISH, S. Are records ever actual? In: MCKEMMISH, S.; PIGGOT M. (Ed.). **The Records Continuum:** Ian Maclean and Australian Archives First Fifty Years. Melbourne: Ancora Press in association with Australian Archives, 1994. p. 187–203.

_____. Placing Records Continuum Theory and Practice. **Archives & Museum Informatics**, Toronto, v. 1, n. 4, p. 333–359, 2001.

_____.; REED, B.; PIGGOT, M. The Archives. In: MCKEMMISH, S. et al (Ed.). **Archives:** recordkeeping in society. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 159–196. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

PIGGOTT, M. The history of Australian record-keeping: a framework for research. **The Australian Library Journal**, v. 47, n. 4, p. 343–354, 1998.

_____. **Archives and societal provenance:** Australian essays. Oxford: Chandos Publishing, 2012. 334 p.

REED, B. Reading the records continuum: interpretations and explorations. **Archives and Manuscripts**, v. 33, n. 1, p. 18–43, 2005.

SCOTT, P. J. The record group concept: a case for abandonment. **The American Archivist**, v. 29, n. 4, p. 493–504, 1966.

UPWARD, F. Structuring the Records Continuum – Part One: Postcustodial principles and properties. **Archives and Manuscripts**, Sydney, v. 24, n. 2, pt. 1, p. 268–285, 1996.

_____. Structuring the Records Continuum – Part Two: Structuration theory and recordkeeping. **Archives and Manuscripts**, Sydney, v. 25, n. 1, pt. 2, p. 10–35, 1997.

_____. Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond – a personal reflection. **Records Management Journal**, v. 10, n. 3, p. 115–139, 2000.

WILSTED, T. Kiwis, kangaroos and bald eagles: archival development in three countries. **The Midwestern Archivist**, v. 4, n. 1, p. 34–51, 1979.

Trabalho recebido em: 04 mar. 2018

Trabalho aceito em: 12 mar. 2018
